



## 10 anos da conquista dos 30% de risco de vida para os vigilantes patrimoniais

Foto: Site sindsegur



A regulamentação da Lei 12.740/2012 é uma conquista histórica e justa que assegurou o adicional de 30% de risco de vida/periculosidade para os vigilantes de todo Brasil. Uma luta que foi concretizada no dia 2 de dezembro, no Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, quando o ministro do trabalho, Manoel Dias, assinou a portaria que regulamenta o pagamento do adicional de 30% de risco de vida/periculosidade. O Sindsegur participou ativamente da mobilização pela conquista desse direito tão importante fruto de muita

articulação, reuniões, negociações, campanhas e até greve. A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), sempre à frente desta e de tantas outras lutas, que contou com a ajuda e o engajamento de companheiros de todo o país. Para o presidente da CNTV, José Boaventura, a conquista dos 30% por periculosidade é muito importante, contudo, “mais importante que o efeito pecuniário é a valorização, Esta é uma profissão que cuida e protege no dia a dia de vidas com a própria vida”, ressaltou.

FONTE: SINDSEGUR RN

# PAGAMENTO DE PROCESSO SEVIBA/SEC

**NO PACOTE DO MILHÃO DESTA SEMANA, 200 MIL FICOU PRONTO  
HOJE PARA 13 COLEGAS EX-SEVIBA/SEC**



Como já foi dito, para semana o Sindicato estará liberando mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em crédito novo para diversos processos. Se confiou a diretoria de luta do seu Sindicato a defesa e a luta por seus direitos, fiquem ligados.

Na terça-feira, 13 de setembro, ficou pronto os cheques liberando o crédito de quatro processos do Sindicato contra a Seviba/Secretaria da Educação. São 13 colegas contemplados com seus créditos, totalizando mais de 206.000 reais.

No grupo temos colegas da capital e interior (Coronel João Sá) e até domiciliado em outro estado (Indaiatuba/SP).

Não esquecer que a Seviba foi um dos instrumentos de quebração de Marcelo Guimarães e Cia que, de novo, que voltar a ser Deputado para lesar mais trabalhadores.

Depois de 14 anos chegou a conquista destes colegas que confiaram ao seu Sindicato de luta e combate a defesa dos seus direitos, do seu emprego e da busca por justiça.

**É luta.**

**É Conquista.**

Os colegas já podem procurar o seu Sindicato, de segunda a sexta-feira, sempre das 08 às 12h, apresentando o Cartão de Vacina Anti-covid e original e cópias do RG, CPF, COMPROVANTE DE RESIDENCIA, PIS E CTPS (pagina da foto, verso e pagina do contrato SEVIBA).

**Confira o processo e seu nome:**

PROCESSO 689.2009.8ª

SINDVIGILANTES/BA X SEVIBA/SEC

• JOSE JACÓ DA COSTA

PROCESSO 1355.2008. 5ª

SINDVIGILANTES/BA X SEVIBA/SEC

• ATHENAGORAS DE SOUZA BARRETO DIAS

PROCESSO 1175.2008.33ª

SINDVIGILANTES/BA X SEVIBA/SEC

• ELIOMAR PINHEIRO DOS SANTOS

• GELSON DA COSTA SOUZA

• GILSON REIS SILVA DE JESUS

• GENIVAL DE JESUS

• GILMAR ALMEIDA DE QUEIROZ

• GEOVANE RODRIGUES DOS SANTOS

• GIL SALES DE SOUSA

• GILMAR RODRIGUES DA SILVA

PROCESSO 1361.2008. 38ª

SINDVIGILANTES/BA X SEVIBA/SEC

• PAULO SERGIO SILVA DOS SANTOS

• SENTBERTO ANTONIO SANTOS CUNHA

• UBIRAJARA RIBEIRO DOS SANTOS

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

# PAGAMENTO DE PROCESSO GUARDIÕES/ PRECAVER/ PROTECTOR HOJE CHEQUE PARA MAIS 20 VIGILANTES NO PACOTE DE 1 MILHÃO DESTA SEMANA

Não para o esforço da direção do Sindvigilantes/BA para conseguir aprontar e entregar os cheques de todos os colegas no pacote de 1 milhão que chegou ao Sindicato nesta semana.

Hoje ficou pronto os cheques de 20 colegas inseridos em 4 processos, sendo:

1 Guardiões/ Banco do Brasil

1 Precaver/ Banco do Brasil

2 Protector/ Prefeitura de Salvador

A soma de hoje a ser distribuída a estes colegas chega a quase 700 mil.

É mais motivo de comemorar e agradecer a Deus.

É sentimento de dever cumprido para a Diretoria de luta do Sindvigilantes, seu corpo de Advogados e funcionários.

A atuação do Sindicato salvou os direitos destes colegas das garras ladronas de seus patrões.

**Nestes 4 processos tem colegas de vários cantos do estado:**

Salvador, Jaguaquara, Mucugê MARACÁS, Ibitira, Rio do Antônio, Barro Alto, Irecê, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe, Ibotirama, Igaporã,

**Parabéns.**

**Quem luta conquista!**

**Fale com seu Sindicato.**

Se é da capital, compareça de segunda a sexta-feira, sempre das 08 as 12h tendo em mãos originais e cópias dos documentos: RG, CPF, PIS, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E CTPS (página da foto, verso e página do contrato das

empresas processadas).

Se é do interior tenha em mãos os mesmos documentos e fale conosco (71 3525 6520); 71 988140558 - Djalma; 71 98814 0565- Dermeval; 71 98814 0556- Paulo Brito).

**Confira os processos e seu nome:**

PROCESSO 933.2011.01 - SINDVIGILANTES/BA X PROTECTOR/PREFEITURA

JAILTON DA SILVA

PROCESSO 961.2011.01 - SINDVIGILANTES/BA X PROTECTOR/ PREFEITURA

ALCENIR SILVA DOS SANTOS

MARTINIANO FERREIRA DOS SANTOS FILHO

PROCESSO 1336.2014.37 - SINDVIGILANTES/BA X GUARDIÕES/BB

ADENILSON ASSIS LIMA

ELVIS JOSÉ DE JESUS SILVA

GENEBALDO MARINHO ROCHA

IRISNALDO GOMES DE NOVAES

JOÃO DOS SANTOS PIRES

MARIO SÉRGIO FERREIRA DA SILVA

SEBASTIÃO GONÇALVES NETO

PROCESSO 742.2012.32 - SINDVIGILANTES/BA X PRECAVER/ BB

ADEMAR APOLINÁRIO DA SILVA

ANTÔNIO DE ARAÚJO LIMA

DENIS FERNANDES RODRIGUES DA COSTA

FERNANDO SOARES DE SOUSA

GILVAN DE SOUZA DOURADO

JOAQUIM MARIO PEREIRA DE SOUZA

MAILTON JOSE EUSTÁQUIO SOUZA

MANOEL FRANCISCO SANTOS

NEILSON PEREIRA ALVES

RUBENS MOURA GONÇALVES

Fonte: SINDVIGILANTES/ BA



# A VOZ DOS VIGILANTES



BOLETIM DIGITAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Maceió - SETEMBRO/22- Edição nº 20

Filiado à CUT - CNTV/PS - FIVABS - DIEESE

Facebook: Sindvigilantes Alagoas Twitter: @Sindvigilantes Instagram: @sindvigilantesal (082) 9 8207- 8257



## DIRETORES DO SINDICATO VISITAM POSTOS DE SERVIÇO E LEVAM INFORMAÇÃO AOS VIGILANTES

Os diretores do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas visitaram, nesta quarta-feira (14), vários postos de serviço, onde conversaram com os trabalhadores, distribuíram exemplares da Convenção Coletiva de Trabalho e dirimiram dúvidas sobre os direitos dos vigilantes. **As equipes também convocaram os vigilantes para a Assembleia Geral que acontecerá no próximo dia 28 de setembro.**

A agenda incluiu visitas à empresa TB FORTE, ao supermercado BIG BOMPREGO (Gruta de Lourdes) e à empresa PROSEGUR, no bairro do Trapiche da Barra, onde dialogaram com os vigilantes de Carro Forte. A ação contou com a participação dos diretores Maurício, Mônica, Diogo e Amauri.

## FORÇA ESCOLA E PROATIVA

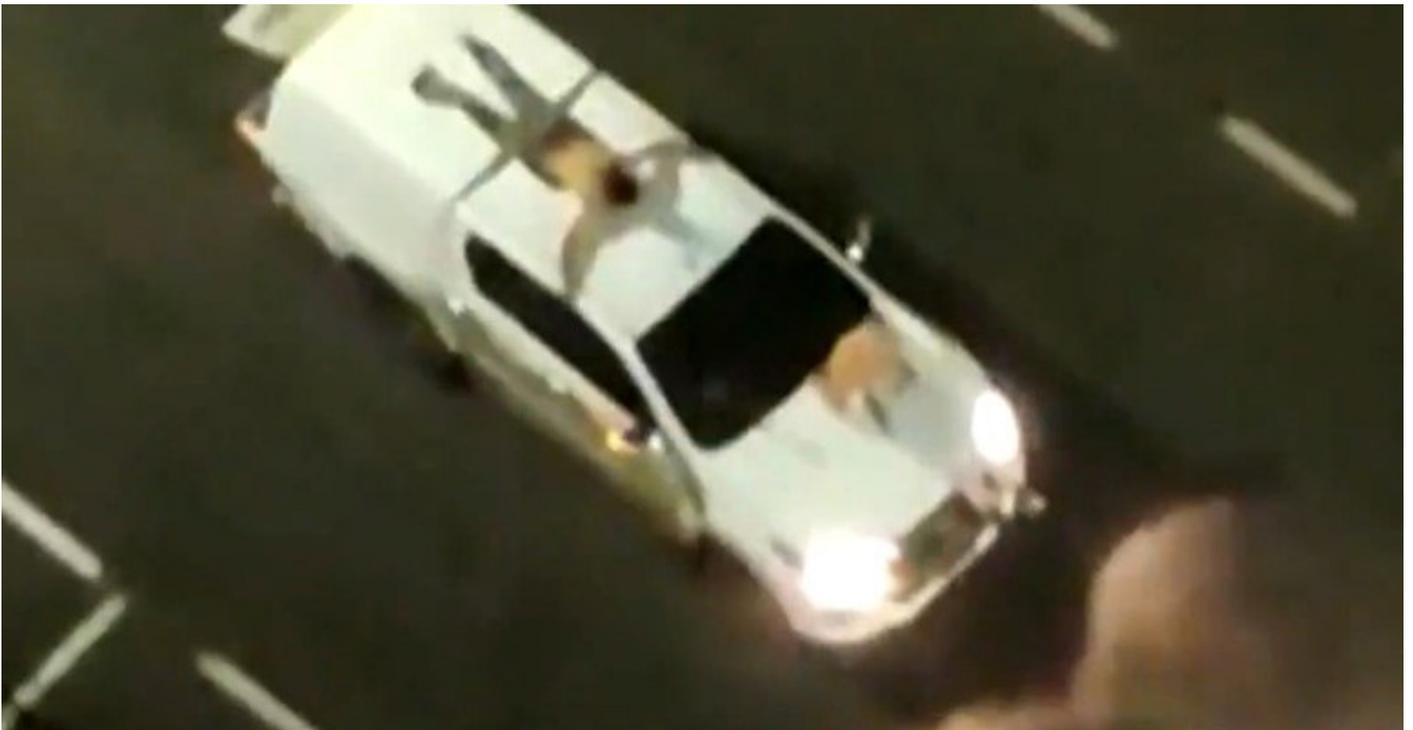
Seguindo o cronograma de visitas, o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cícero Ferreira, juntamente com os diretores Maurício e Diogo, estiveram nas escolas de formação FORÇA ESCOLA e PROATIVA para compartilhar informações importantes para a categoria. As visitas aconteceram também nesta quarta-feira (14) e visaram manter os trabalhadores conscientes dos seus direitos e informados sobre questões pontuais para a classe dos vigilantes.



# Ataque a bancos e transportadoras gera prejuízo de R\$ 424 mi; ousadia de criminosos desafia polícia

Em sete anos, houve ao menos 27 registros de ‘domínio de cidades’, ações cinematográficas que fragilizam forças de segurança

Isabelle Amaral\*, do R7



Crime ocorrido em Araçatuba em que criminosos utilizaram civis como escudo humano

## A REPRODUÇÃO/RECORD TV

Ataques a instituições bancárias e empresas de segurança especializadas em transporte e guarda de valores de todo o Brasil geraram, em sete anos, um prejuízo de R\$ 424.262.887,00. A modalidade criminal, denominada “domínio de cidades”, vem colocando em xeque a eficiência da segurança pública em diferentes municípios do país. Mais bem equipados e organizados do que para roubos ocasionais, grupos com 15 a 30 pessoas conseguem aterrorizar cidades inteiras e controlar pontos estratégicos delas. Fortemente armados com fuzis, metralhadoras

e explosivos, eles chegam a usar civis como escudos humanos para inviabilizar a ação da polícia.

O valor roubado, que faz parte de um levantamento realizado pelo policial Ribas, membro do Grupo Alpha Bravo, associação que realiza pesquisas para planejar estratégias que combatem crimes violentos contra o patrimônio, e enviado ao R7, mostra apenas uma dimensão do problema. Há registros de roubos com menor visibilidade em municípios menores que não chegam a ser contabilizados.

O primeiro registro de crime classificado

como domínio de cidades do país ocorreu, segundo a pesquisa, em Campinas, no interior de São Paulo, em novembro de 2015. Na ação, 20 criminosos fecharam o município com dinamite, outros explosivos, carros e armas para roubar uma empresa de transporte e guarda de valores. Na ocasião, foram levados R\$ 27.961.255,56.

Diferentemente do crime conhecido como “novo cangaço”, realizado exclusivamente em bancos, a modalidade domínio de cidades inclui ações previamente estudadas. Nessas ações, todos os detalhes são planejados e executados por grupos com mais de 15 indivíduos. Ao contrário do que se imaginava até algum tempo atrás, o domínio de cidades não se limita a assalto de agências bancárias ou empresas de transporte de valor. As ações também têm como objetivo atuar na soltura de detentos que cumprem pena no sistema prisional. Para executar o planejamento, o grupo usa as mais modernas tecnologias e conta com a mão de obra de integrantes de facções criminosas para reforçar as ações.

### **Rastro de terror**

Em agosto de 2020, os moradores da cidade de Araçatuba, no interior de São Paulo, viveram cenas de terror após o município ter sido invadido por mais de 50 homens fortemente armados e munidos de modernas tecnologias para realizar o mega-assalto. A ação, que durou cerca de duas horas, sacou quase R\$ 4 milhões dos cofres de pelo menos três empresas e traumatizou vítimas mantidas reféns. Famílias sofrem até hoje com a falta das pessoas que tiveram a vida levada pelos suspeitos. A ação deixou três mortos na madrugada do dia 30 de agosto do ano passado.

O ataque mais recente, que também foi classificado como crime de domínio de

cidades, segundo Ribas, ocorreu em abril deste ano, em Guarapuava, no Paraná. Nele, 30 suspeitos armados e devidamente equipados com capacetes balísticos e coletes à prova de bala fizeram um cordão humano com civis no em torno de uma empresa de valores para impedir que a polícia interrompesse a ação. Às 22h25 do dia 17, uma explosão orquestrada pelo grupo destruiu parcialmente a empresa. Apesar dos esforços, eles não conseguiram acessar os cofres.

Esses ataques subjagam as forças de segurança, segundo Ricardo Matias, professor de pós-graduação da disciplina “Do Novo Cangaço ao Domínio de Cidades” no curso de Ciências Policiais e Segurança Multidimensional na Escola da Magistratura Federal do Paraná.

“Para mitigar as ações de domínio de cidades, a melhor estratégia são os planos de defesa”, afirmou. O professor explica que os efeitos dessas ações costumam ter grandes proporções porque as forças de segurança são surpreendidas pelos criminosos.

Sem o mesmo poderio, os policiais militares partem para o enfrentamento dos grupos e resgate de eventuais reféns sem equipamentos com avançada tecnologia e sem a devida proteção contra as armas e munições utilizadas pelos oponentes. Dessa forma, reforça o professor, acabam arriscando sua vida. Alguns estados, aponta Matias, como Alagoas, Goiás e Mato Grosso do Sul, têm avançado no combate a essa modalidade criminal.

Entre 2015 e 2022, ao menos 27 ocorrências no país foram classificadas como domínio de cidades e uma na Ciudad del Leste, no Paraguai, que, segundo a Polícia Federal, foi cometida por uma facção criminosa brasileira. Nesse mega-assalto, em abril de 2017, o grupo conseguiu levar mais de R\$ 47 milhões da Prosegur. Desses, apenas R\$ 4 milhões foram recuperados.

## Busca pela aprovação da lei

Apesar da sofisticação, dos recursos milionários e da tecnologia empregada, o domínio de cidades ainda não é um crime tipificado em lei, conforme explicou Hélio Freitas, vice-presidente e integrante do conselho da Sinpaf (Sindicato dos Policiais Federais do Estado do Espírito Santo) Até o momento, há apenas um projeto de lei (número 5.365/2020) em trâmite no Senado. “É necessário inserir um novo artigo na lei que reconheça o domínio de cidades como um delito maior do que crimes contra o patrimônio”, disse.

O vice-presidente da Fenapaf defende a necessidade de reconhecimento da modalidade como crime hediondo. Sem essa tipificação, Freitas diz que os grupos que conduzem essas ações afrontam e desafiam as forças de segurança.

Hoje, o criminoso que comete essas ações, explica o professor Matias, responde por roubo. No caso da aprovação da lei, ele responderá pelo crime de domínio de cidades com um aumento considerável da pena. A proposta legislativa inclui ainda a criminalização do ato preparatório para a ação. No roubo, essa etapa não é considerada crime, explica ele.

Sem o planejamento estratégico e uma integração entre as polícias, a modalidade domínio de cidades impõe riscos a moradores das cidades e à polícia. Para Matias, o enfrentamento dessas ações sem um plano de defesa pode ser considerado “quase um suicídio”. Isso porque os recursos utilizados pelos criminosos e o plano prévio para a realização do crime bloqueiam as ações policiais convencionais. Hoje, segundo Matias, a corporação busca rever procedimentos para grupos especializados contra o domínio de cidades. “É um desafio a ser superado”, disse.

Nessas ações, agentes e civis correm riscos devido à violência empregada pelos grupos. Moradores das cidades em que ocorrem os ataques podem ser utilizados como escudos humanos, como ocorreu em Araçatuba (SP), onde pessoas foram colocadas sobre os carros para que a polícia não atirasse, ou em Guarapuava, quando fizeram um cordão humano para blindar a empresa atacada. “A melhor forma de combater ações de domínio de cidades são os planos de defesa previamente elaborados e simulados”, afirmou o professor.

## Diferença entre ‘novo cangaço’ e ‘domínio de cidades’

Especialista em crimes contra o patrimônio, Ricardo Matias explicou a diferença entre os atos infracionais denominados novo **cangaço e domínio de cidades**. Segundo ele, o novo cangaço visa cidades pequenas e, geralmente, bancos para serem roubados. Já o domínio de cidades, além de ser uma nova modalidade de crime contra o patrimônio, é uma forma de agir para outros atos criminais, como resgate de presos.

“O domínio de cidades é um crime complexo e muito mais elaborado, que independe do tamanho dos municípios”, afirmou.

De acordo com o professor, muitos ainda confundem furtos com explosivos a caixas eletrônicos com ações do novo cangaço ou domínio de cidades, mas distinguir modalidades de crime é importante para pensar em políticas de segurança pública em diferentes municípios e, com isso, segundo ele, proteger vidas.

\*Estagiária sob supervisão de Fabíola Perez

Fonte: r7

# Exército suspende autorizações para compra de armas de uso restrito a CACs



O Exército suspendeu a autorização da compra de armas de uso restrito, como o fuzil, a caçadores, atiradores e colecionadores (CACs).

A decisão foi tomada após liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, do dia 5 de setembro, que restringiu o número de armas e munições que podem ser obtidas pelos CACs. O argumento do ministro foi o aumento do risco de violência política na campanha eleitoral.

“A medida cautelar proferida na ADI 6.139 suspendeu as autorizações para aquisição de armas de uso restrito, que não se destinem ao interesse da Segurança Pública ou da Defesa do Estado”, disse o Exército por meio de nota.

Bolsonaro editou mais de 40 decretos desde 2019; brasileiros compram 1.300 armas por dia

Fachin também suspendeu parte de um dos 40 decretos, o que estabelece o número de armas que os CACs podem comprar, mas não especificou o número permitido.

Antes dos decretos de Bolsonaro, o atirador desportivo era dividido em três níveis. O maior nível, aquele que participa de campeonatos nacionais, poderia comprar até 16 armas e 40 mil munições ao ano.

Com as mudanças, não há mais a divisão por nível e qualquer um pode comprar até 60 armas, podendo chegar a adquirir 180 mil munições anualmente.

## **Liminar será julgada no plenário virtual do STF**

As decisões de Fachin determinando restrições nas compras de armas e de munições serão julgadas pelos 11 ministros do STF no plenário virtual do Supremo entre sexta-feira (16) e terça-feira (20). Eles podem manter a liminar, derrubar ou interromper a votação com um pedido de vista (mais tempo para análise) ou destaque (que leva o caso para o plenário físico).

## **Kássio Nunes já havia travado o debate**

O debate sobre os decretos das armas estava em andamento no STF desde o primeiro semestre de 2021, também em plenário virtual. Foi paralisado por um pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques, indicado por Bolsonaro, em setembro do ano passado.

Para destravar o julgamento, partidos políticos ingressaram com as ações e pediram que Fachin decidisse forma individual, em vez de esperar a devolução da vista pelo colega.

Nas decisões, Fachin fez referências à quantidade de tempo que Kassio levou com o processo em suas mãos. Ele disse que se passou mais de um ano desde o início do julgamento e que há urgência “à luz dos recentes e lamentáveis episódios de violência política”.

“Noutras palavras, o risco de violência política torna de extrema e excepcional urgência a necessidade de se conceder o provimento cautelar”, afirmou o ministro.

## **Foto: Fernando Frazão – Agência Brasil**

Fonte: Marize Muniz – CUT Brasil com informações da Folha de S. Paulo.

# Caixa é usada para propaganda política

**Produtos voltados para mulheres buscam reduzir resistência do eleitorado feminino**



A Caixa Econômica Federal utilizou evento de divulgação dos números da política Caixa Pra Elas, realizado na segunda-feira (12), para fazer campanha eleitoral para o presidente Bolsonaro. Esta é a opinião do empregado da Caixa e dirigente sindical Rafael de Castro, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

“Vimos muitas vezes a Caixa sendo utilizada, por Pedro Guimarães (antigo presidente da Caixa), como instrumento de campanha política para ele e para o presidente da República. A Daniella Marques (atual presidente da Caixa) está repetindo esta prática”, disse o dirigente ao lembrar que o ex-presidente da Caixa, que tinha a pretensão de ser candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Bolsonaro, ou mesmo a senador pelo Rio de Janeiro, foi

denunciado pelo uso do banco para realizar campanha eleitoral antecipada, chegando a ser advertido pela Justiça por realizar tal prática. “Não adianta o banco suspender o perfil das redes sociais para não divulgar notícias anteriores que pudessem ser caracterizadas como propaganda eleitoral, mas continuar a mesma prática”, completou.

“Defendemos que existam produtos específicos para as mulheres, mas não podemos

concordar com a forma como esta política de vendas está sendo utilizada”, explicou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira. “Primeiro pelo descabido aumento de metas de vendas imposto aos empregados, mas principalmente pelo uso da Caixa para finalidade político-eleitoral, assim como o governo vem realizando com outras políticas sociais, que estão sendo feitas somente às vésperas das eleições, numa tentativa de angariar votos para o atual mandatário da Presidência da República”, completou, ao questionar porque as políticas que estão sendo realizadas agora não foram implementadas desde o início do governo.

### **Produtos**

Do início de agosto para cá, foram realizados aproximadamente 60 mil atendimentos relacionados a produtos que fazem parte da cesta do Caixa Pra Elas, o que dá, em média, 15 atendimentos por agência da Caixa, menos do que um atendimento por dia. “Os números são pequenos ainda, mas o resultado é de apenas um mês. Pode aumentar e tem potencial para isso, pois os empregados estão sendo cobrados a atingir metas”, observou Rafael.

A Contraf-CUT já denunciou que a Caixa duplicou a meta de vendas de produtos sem que tenha havido uma mudança conjuntural no país que justificasse tal aumento e, na coletiva de segunda-feira o banco anunciou um incremento de 65% na venda de cartões.

No Caixa Pra Elas, as mulheres têm taxas de crédito mais baixas, pausa nos pagamentos de prestações em caso de maternidade ou adoção e isenção de parte das tarifas de produtos do banco público. Por exemplo, na modalidade

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

peessoa física, as mulheres que contratarem o Crédito Direto Caixa (CDC) têm 5% de desconto na taxa de juros. Para a compra de veículos via consórcio, há desconto de 10% na taxa de administração. Nos contratos de financiamento imobiliário assinados até o final de setembro, o banco oferecerá a possibilidade pagamento parcial da prestação durante a licença maternidade e, para as gestantes, haverá a possibilidade de carência de até seis meses para o início do pagamento das prestações de crédito habitacional concedidos pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

“Alguns produtos oferecidos atendem a necessidade do público, mas, da forma como esta política vem sendo tocada, mais uma vez o banco está sendo utilizado para a realização de campanha eleitoral, numa tentativa de reduzir a resistência que as eleitoras têm de votar em Bolsonaro”, observou a diretora executiva da Contraf-CUT, Eliana Brasil, se referindo aos dados da última pesquisa Datafolha, que apontam que Bolsonaro é o candidato que mais ataca as mulheres.

“É inegável que alguns dos produtos oferecidos atendem necessidades da população, mas é um público que passou a existir depois que a reforma trabalhista destruiu o arcabouço de direitos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e criou uma série de modalidades de empregos precários”, criticou Rafael de Castro. “É um público que possivelmente não existiria se a reforma trabalhista não tivesse sido aprovada”, concluiu.

**FONTE: CONTRAF**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF